

Início / Escola Famurs / Bem vindo a Escola Famurs / Conheça nossos cursos

/ LICENCIAMENTO E ALVARÁ - APLICAÇÃO DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA

LICENCIAMENTO E ALVARÁ - APLICAÇÃO DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA

Vagas disponíveis: 50 vagas

Valor para associados: **R\$ 804,00**

Valor para não associados: **R\$ 1.215,00**

LICENCIAMENTO E ALVARÁ - APLICAÇÃO DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA, RESOLUÇÕES DO COMITÊ GESTOR DA REDESIM – CGSIM E A MEDIDA PROV. Nº 1.040 DE 2021

Local: Sede da FAMURS - Rua Marcílio Dias, 574 - Porto Alegre/RS

Data: 10, 11 e 12 de março de 2025

Horário: das 9h às 12h – 13h às 17h

Carga Horária: 21h/a (três dias)

VAGAS LIMITADAS

Forma de Pagamento

Será encaminhado NF e Boleto para o email cadastrado, uma semana antes da realização do curso.

Objetivo do Curso

Aprofundar e atualizar os conhecimentos sobre as atividades de licenciamento das atividades econômicas pelos municípios e seus órgãos de fiscalização, visando qualificar a fiscalização municipal, associando o conhecimento e exigências da legislação com a prática, proporcionando aos integrantes do curso, o aprimoramento e atualização de seus conhecimentos e técnicas.

Apresentação do Curso

O curso será desenvolvido de forma dinâmica e integrado, buscando a apresentação e discussão dos aspectos legais e práticos quando da aplicação da nova legislação que alterou os procedimentos para o licenciamento de empreendimentos pelos municípios, utilizando o conteúdo das legislações federais, estaduais e municipais.

Público-Alvo

O conteúdo do nosso curso é orientado a todos os profissionais que atuam na aplicação da legislação de licenciamento de atividades econômicas no município.

Na esfera municipal os Fiscais e demais membros da equipe das Secretarias Municipais envolvidas nos licenciamentos, os Procuradores Municipais e Assessores Jurídicos, os Secretários e demais servidores que de alguma forma tenham envolvimento com a área de licenciamento e cobrança de taxas.

Na iniciativa privada, os advogados, contadores, estudantes e demais profissionais interessados que atuem ou pretendam atuar ou conhecer a área de licenciamento municipal.

Metodologia das Aulas

A apresentação será realizada em três dias adotando, para o desenvolvimento dos assuntos a serem abordados, a exposição de conteúdos com a participação ativa dos alunos e o uso de apostila e

apresentação de audiovisuais, evitando a necessidade de copiar os assuntos abordados dando prioridade e foco na participação dos ouvintes.

O ponto forte será o diálogo entre alunos e professor, onde há espaço para questionamentos, críticas, discussões e reflexões, no qual o conhecimento possa ser sintetizado por todos.

Conteúdo Programático

1. Constituição Federal.

2. **Lei Complementar Nacional nº 123/2006.**

Essa Lei estabelece o estatuto das micro e pequenas empresas.

1. **Lei Federal nº 11.598/2007.**

Essa Lei estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM

1. **Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.**

Essa Lei, chamada de lei da liberdade econômica, será analisada na parte que regulamenta os licenciamentos municipais.

1. **Resoluções do Comitê para a Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM:**

Resolução CGSIM nº 22/2010 - Dispõe sobre regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no âmbito da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM

Resolução CGSIM nº 48/2018 - Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual – MEI, por meio do Portal do Empreendedor.

Alterada pela Resolução nº 51, de 11 de junho de 2019.

Resolução CGSIM nº 51/2019 - Versa sobre a definição de baixo risco para os fins da Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019.

Resolução CGSIM nº 58/2020 - Dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas para fins de prevenção contra incêndio, pânico e emergências e as diretrizes gerais para o licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Resolução CGSIM nº 62/2020 - Dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária e as diretrizes gerais para o licenciamento sanitário pelos órgãos de vigilância sanitária dos Estados, Distrito Federal e Municípios e altera a Resolução CGSIM nº 55, de 23 de março de 2020.

1. **Lei Federal nº 13.869, de 05 de setembro de 2019 – Artigos 27, 29 e 31.**

Essa Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

1. **Legislações supletivas e subsidiárias promulgadas pela União e pelo Estado.**

LICENCIAMENTO SANITÁRIO

1. **Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.**

Essa Lei define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que compreende o conjunto de ações executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1. **Lei Federal nº 6.437 de 20 de agosto de 1977.**

Essa Lei estabelece as infrações à legislação sanitária federal e as respectivas sanções.

1. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 153, de 26 de abril de 2017.

Essa Resolução dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco sanitário das atividades econômicas de interesse da Vigilância Sanitária e seus respectivos procedimentos para licenciamento.

Ministério da Saúde – MS - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

1. Instrução Normativa DC/ANVISA nº 66 DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.

Essa Instrução Normativa estabelece a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário, prevista no parágrafo único do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 153 de 26 de abril de 2017.

Ministério da Saúde – MS - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL**1. Lei Complementar Nacional nº 140/2011.**

Essa Lei fixa as normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente.

1. Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Esse Decreto dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

1. Lei Estadual nº 10.330 de 27 de dezembro de 1994.

Essa Lei dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado.

1. Lei Estadual nº 15.434 de 09 de janeiro de 2020.

Essa Lei institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

1. Decreto Estadual nº 55.374 de 22 de janeiro de 2020.

Esse Decreto Regulamenta os arts. 90 a 103 da Lei nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020, que dispõem sobre as infrações e as sanções administrativas aplicáveis às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente estabelecendo o seu procedimento administrativo no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, e os arts. 35 e 36 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as infrações e penalidades no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Resolução CONSEMA nº 372 de 22 de fevereiro de 2018.

Facilitadores



Johnny Bertoletti Racic

Ver Currículo



Informações da capacitação



Modalidade: Curso

Carga Horária: 21 horas

Início: 10/03/2025 às 09:00

Fim: 12/03/2025

Local: Famurs

Rua Marcílio Dias, 574 Bairro: Menino Deus

Porto Alegre/RS